

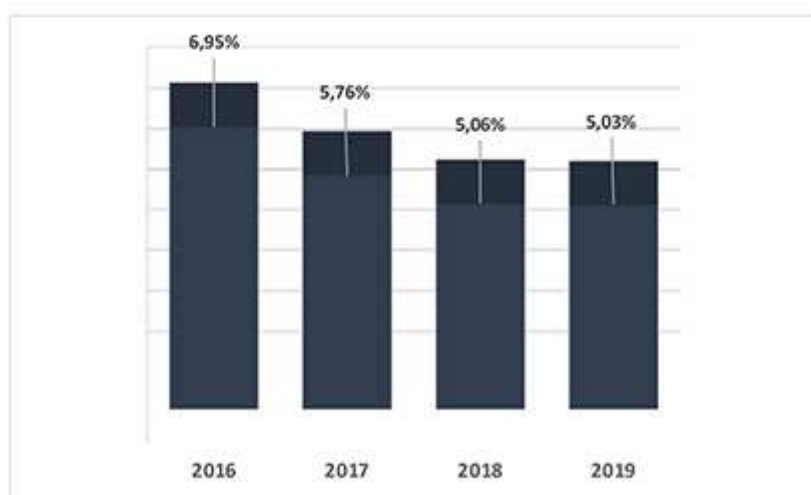
**DIEESE - Subseção APCEF/SP**

Informe Semanal - n. - 68, 26/04/2016

A conta dos juros da dívida pública

O jornal Valor Econômico, edição de 15 de abril, não economizou em sinceridade. Em matéria tratando do que rotulou "divórcio entre a indústria e o governo Dilma" cravou, entre duas razões centrais, a "redução do spread bancário e corte acentuado na taxa SELIC, que de agosto de 2011 e outubro de 2012 recuou expressivos 5,25%". Os industriais consultados são, antes de tudo, rentistas. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2017, encaminhado em 18 de abril ao Congresso, ajuda a esclarecer o que representam os juros. Em 2016, corresponderão a 6,95% do Produto Interno Bruto (PIB), algo assim como R\$ 407 bilhões.

Gráfico 1 – Juros nominais previstos no PLDO 2017 em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) 2016-2019



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

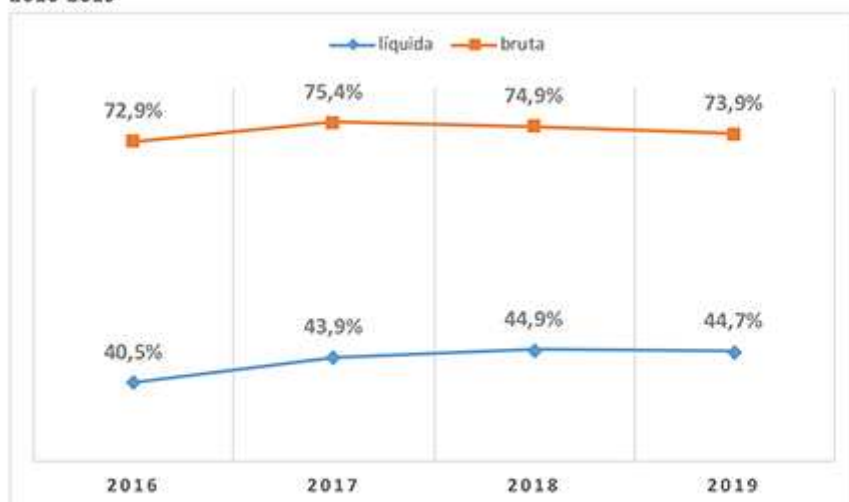
Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

>Saiba mais

Dívida pública

No PLDO 2017, o Governo Federal estima dívida pública relativamente estável em relação ao Produto Interno Bruto. Pelo conceito de dívida total (bruta), aproximadamente 75% do PIB; pelo conceito dívida total descontada reserva e crédito em moeda estrangeira (líquida), pouco abaixo dos 45%. Muito ou pouco? Em números de 2015 divulgados pelo Banco Central do Brasil, demais países que integram os chamados BRICS apresentam os seguintes índices em relação à dívida líquida: Rússia, 45%; Índia, 22,1% e África do Sul, 42,4%. Não há números da China. Na América Latina, México chega a 36,2%, Chile, 62% e Argentina, 26,3%. Em 2015, o índice brasileiro era 37,1%.

Gráfico 2 – Dívida Líquida e Bruta, segundo PLDO 2017, em proporção do Produto Interno Bruto – 2016-2019



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

>Saiba mais

Salário-mínimo: uma ponte para o passado

O salário-mínimo, segundo previsão do mesmo PLDO, terá correção equivalente à variação inflacionária em 2017 e 2018. Em 2019, ganho real de 1%. Assim, terá continuidade a política de, ao menos, manutenção do valor real, embora não se possa desprezar risco de mudanças. O Programa “Uma ponte para o futuro”, anunciado por confederações patronais e mídias a elas vinculadas como linha desejável para o batizam Governo Temer, traz críticas às correções automáticas de salários e benefícios de previdência, traduzia como “indexações”. A mudança de política econômica proposta pelo programa, assim, representa uma ponte para o passado.

Tabela 1 – Valor do salário-mínimo, segundo PLDO 2017, previsto para 2016-2019

ano	valor	variação	
		bruta	ganho real
2016	R\$ 880,00		
2017	R\$ 946,00	7,50%	0,09%
2018	R\$ 1.002,70	5,99%	-0,01%
2019	R\$ 1.067,40	6,45%	1,00%

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

>Saiba mais